

**GEOGRAFIA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: TEORIAS,
MÉTODOS E CONCEITOS**

***GEOGRAFÍA AGRARIA Y MOVIMIENTOS SOCIALES RURALES: TEORÍAS,
MÉTODOS Y CONCEPTOS***

***AGRARIAN GEOGRAPHY AND RURAL SOCIAL MOVEMENTS: THEORIES,
METHODS AND CONCEPTS***



Amauri NOGUEIRA¹
e-mail: amauri@alumni.usp.br

Como referenciar este artigo:

NOGUEIRA, Amauri. Geografia agrária e movimentos sociais do campo: teorias, métodos e conceitos. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 10, n. 00, e026013, 2026. e-ISSN: 1984-1647. DOI: 10.35416/2026.11152.



| Submetido em: 19/08/2025
| Revisões requeridas em: 10/09/2025
| Aprovado em: 06/04/2026
| Publicado em: 25/08/2026

Editores: Prof. Dr. Nécio Turra Neto
Profa. Me. Karina Malachias Domingos dos Santos

¹ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Marília – São Paulo (SP) – Brasil. Pesquisador do Departamento de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências.

RESUMO: O presente texto é fruto dos nossos estudos de pós-doutoramento sobre a produção teórica e metodológica da Geografia Agrária concernente aos movimentos sociais do campo, sob a Geografia Crítica. O objetivo deste artigo é refletir sobre o método dialético na compreensão da Geografia Agrária, considerando as teorias, os métodos e os conceitos aplicados nos estudos dos movimentos sociais do campo. Adotamos uma abordagem qualitativa de caráter histórico, analítico-interpretativo. Para tanto, apreciaremos os estudos do Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e do Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Eles compartilham uma base crítica influenciada pelo marxismo, pelos conflitos agrários e pela luta pela terra. Enquanto Oliveira desenvolve uma interpretação orientada pela economia política, enfatizando a estrutura fundiária e a reprodução do capital, Fernandes propõe uma leitura centrada nos sujeitos sociais e na produção do território. Conclui-se que a compreensão dos movimentos sociais do campo exige a articulação entre estrutura, território e ação social.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Agrária. História do Pensamento. Movimentos Sociais.

RESUMEN: Este texto es el resultado de nuestros estudios postdoctorales sobre la producción teórica y metodológica de la Geografía Agraria en relación con los movimientos sociales rurales, dentro del marco de la Geografía Crítica. El objetivo de este artículo es reflexionar sobre el método dialéctico para comprender la Geografía Agraria, considerando las teorías, los métodos y los conceptos aplicados en el estudio de los movimientos sociales rurales. Adoptamos un enfoque cualitativo de carácter histórico, analítico-interpretativo. Para ello, examinaremos los estudios del Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira y del Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Ambos comparten una base crítica influenciada por el marxismo, los conflictos agrarios y la lucha por la tierra. Mientras que Oliveira desarrolla una interpretación orientada por la economía política, enfatizando la estructura de la tenencia de la tierra y la reproducción del capital, Fernandes propone una lectura centrada en los sujetos sociales y la producción del territorio. Se concluye que la comprensión de los movimientos sociales rurales requiere la articulación entre estructura, territorio y acción social.

PALABRAS CLAVE: Geografía Agraria. Historia del Pensamiento. Movimientos Sociales.

ABSTRACT: This article is the result of our post-doctoral studies on the theoretical and methodological production of Agrarian Geography concerning rural social movements, within the framework of Critical Geography. The objective of this article is to reflect on the dialectical method in understanding Agrarian Geography, considering the theories, methods, and concepts applied in the study of rural social movements. We adopt a qualitative approach of a historical, analytical-interpretative nature. To this end, we examine the studies of Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira, PhD, and Professor Bernardo Mançano Fernandes, PhD. They share a critical background influenced by Marxism, agrarian conflicts, and the struggle for land. While Oliveira develops an interpretation oriented by political economy, emphasizing land tenure structure and the reproduction of capital, Fernandes proposes an approach centered on social subjects and territory production. It is concluded that understanding rural social movements requires the articulation between structure, territory, and social action.

KEYWORDS: Agrarian Geography. History of Thought. Social Movements.

Introdução

O objetivo deste artigo é refletir sobre o método dialético na compreensão da Geografia Agrária, considerando as teorias, métodos e conceitos aplicados nos estudos dos movimentos sociais do campo. Para tanto apreciaremos os estudos do prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e do prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes. Ambos os autores compartilham uma base crítica influenciada pelo marxismo, reconhecem a centralidade dos conflitos agrários e da luta pela terra. Entretanto, apesar dessas aproximações, suas abordagens divergem quanto ao foco analítico e às categorias privilegiadas.

Oliveira (1978), desenvolve uma interpretação orientada pela economia política, enfatizando a estrutura fundiária e a reprodução do capital, fortemente ancorada na economia política marxista, com ênfase nas determinações estruturais do modo de produção capitalista. Fernandes (1994, 1999) propõe uma leitura centrada no protagonismo dos sujeitos sociais, na dimensão territorial e na produção do espaço.

Para tanto, toma-se como referência as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, cuja escolha se justifica não apenas por sua centralidade no debate da Geografia Agrária brasileira, mas, sobretudo, por representarem perspectivas analíticas distintas no interior da tradição crítica.

Nesse sentido, a escolha desses autores permite explorar tensões teórico-conceituais e metodológicas relevantes, especialmente no que se refere à compreensão do campesinato, do território e das possibilidades de transformação social no campo brasileiro.

O materialismo histórico constitui, nesse contexto, um método de interpretação da realidade histórica e social que se contrapõe às abordagens de base positivista e idealista. De acordo com Chauí (2000), tal perspectiva rompe com concepções naturalizantes da sociedade, ao compreendê-la como uma construção histórica e socialmente determinada.

A crítica ao modo de produção capitalista orienta-se pela análise das esferas da produção, circulação, distribuição e consumo, compreendidas como momentos de uma totalidade orgânica em processo, cuja concretude histórica se manifesta nas relações de produção de uma determinada sociedade.

Assim do ponto de vista do modo de produção, sobretudo, o capitalista, em que a organização social que engendra as atividades econômicas é mais complexa e tem uma dinâmica mais voraz que as anteriores, “As relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas” (Netto, 1989 p. 32). Isto é, suas leis de produção e forças produtivas, das relações de produção, das instituições sociais e das formações ideológicas, sob as mediações de

produção, distribuição, circulação e consumo. Isto, visto em seu conjunto, “são elementos de uma totalidade, diferenças dentro de uma mesma unidade” (Netto, 1989, p. 11).

A totalidade orgânica produz e reproduz momentos especiais de cada fase que compõe o modo de produção, assim destes momentos em sua reciprocidade levando em conta suas contradições a totalidade vai se realizando e conformando as formações sociais. “uma estrutura teórica unitariamente articulada sobre a perspectiva da categoria fundamental da realidade social, a totalidade” (Netto, 1989, p. 32).

O método e a investigação não se separam produz no plano ideal, a totalidade do movimento sistemático do próprio real. Assim o objetivo do método é o desvelamento do movimento do real na busca da concretude histórica. Nesse sentido, conforme argumenta Harvey (2013), a análise marxista exige a compreensão dos fenômenos sociais como momentos inter-relacionados de um todo em permanente transformação.

Mas, a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação (Netto, 1989, p. 17).

Do ponto de vista do método marxista busca-se compreender como as partes se articulam produzindo um todo intimamente relacionado.

Os elementos que não são gerais nem comuns têm que ser separados, a gama de características comuns a toda produção como tal, de modo que em sua unidade, que já surge da identidade do sujeito, a humanidade, e, do objeto, a natureza, sua diferença essencial não seja esquecida. (Marx, 1975, p. 85).

Nesse sentido, a produção é uma atividade social, que pode assumir muitas formas ou modos, dependendo das formas vigentes de organização social e das correspondências técnicas de produção, assim não é possível compreender inteiramente uma parte do sistema capitalista, se essa parte não estiver inserida no contexto apropriado de todo o sistema. É a partir deste movimento intelectual que, tanto Oliveira (1978), quanto Fernandes (1994, 1999) se ancoram no marxismo, e, produzem suas análises teóricas e metodológicas a partir da produção das condições materiais da vida social sob o materialismo e no limite propõem um método de pesquisa/investigação para a Geografia Agrária.

A categoria da renda da terra, articulada ao esforço de Oliveira (1978) em reordenar esse conceito da economia política para o campo da Geografia Agrária, foi fundamental para a

inserção dessa problemática na vertente da Geografia Crítica. Tal movimento analítico evidencia as relações entre propriedade privada, tecnologia, indústria e agricultura, o que permite apreender, de maneira mais complexa, a mediação da esfera econômica na produção camponesa.

Diferentemente dessa ênfase estrutural, Fernandes (1994, 1999), desloca o foco analítico da renda da terra para a produção do território, privilegiando as dinâmicas socioterritoriais e a ação dos sujeitos coletivos. Essa distinção revela duas formas de apreensão dos movimentos sociais do campo: uma voltada à construção social do espaço e outra centrada na estrutura econômica

Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa (Oliveira, 2007, p. 12).

Ao afirmar isso, Oliveira (2007) explicita o mecanismo central da expansão do capital no campo, evidenciando como a produção camponesa é subordinada à lógica capitalista. Em contraste, Fernandes (1994, 1999) interpreta essa mesma dinâmica não apenas como subordinação, mas também como campo de disputa e resistência, no qual os sujeitos sociais produzem territorialidades alternativas.

Para Oliveira (2004), o sistema capitalista se organiza, se reorganiza e se movimenta por meio das desigualdades socioeconômicas, que, por seu turno, sedimenta a dinâmica de expansão e acumulação incessante desse sistema. Esse é um processo contraditório e articulado do modo de produzir capitalista que reposiciona, por sua vez, tanto a classe social do latifundiário, quanto a classe social camponesa, no campo brasileiro.

O capital estrategicamente articula estas questões no campo, recria-se e define como se dão no espaço geográfico as relações sociais. Entende-se, portanto, que através da produção/reprodução do capital, da geração da mais-valia e da reprodução do trabalho humano ocorre a transformação do território. No campo brasileiro esse movimento capitalista possibilitou a industrialização da agricultura permitindo a apropriação da renda da terra (Oliveira, 2004, p. 15).

Isto significa que, este movimento não é espontâneo e independente, mas um movimento orquestrado pela estrutura econômica do sistema vigente, que reduz tudo e todos em objeto, em mercadorias a serem trocadas no mercado. Assim tanto o latifundiário, quanto o camponês, se encontram envolvidos nas teias das relações sociais de produção, distribuindo ambos em lados opostos, ou seja, um em disputa de classe com outro. Essa disputa está envolta

em um conjunto de contradições, cujo destino último, é a sujeição da renda da terra em favor do latifundiário.

Dessa forma, para que Oliveira (2004) incorporasse a Geografia Agrária à análise da renda da terra, tornou-se necessário articular a relação entre a produção real vinculada à determinação dos preços e a produção total, que abrange o conjunto do trabalho socialmente produzido, bem como as restrições e contradições inerentes a esse processo.

Assim a renda da terra, se torna um instrumento relevante para as pesquisas de Oliveira (1978, 2004), pois possibilitou seu entendimento dos fundamentos da estrutura agrária brasileira, e, por conseguinte, os movimentos de organização e de reorganização do território agrária, seja na escala local ou seja na escala global.

Em Oliveira (1978-2004), a renda da terra ocupa posição central, constituindo-se como categoria fundamental para a compreensão da estrutura agrária e das formas de apropriação do território no capitalismo. No caso de Fernandes (1994-1999), essa categoria não assume papel estruturante, sendo deslocada para uma abordagem que privilegia o território como produto das relações de poder, das disputas políticas e da ação dos sujeitos sociais. Dessa forma, enquanto Oliveira enfatiza as determinações econômicas do espaço agrário, Fernandes destaca a dimensão sociopolítica da produção do território, evidenciando uma tensão analítica entre estrutura e ação.

Esse olhar de Oliveira (1978), ancorado na economia política e fundamentado na categoria da renda da terra, permite sustentar que, no capitalismo, a terra deixa de ser apenas um meio de produção e passa a constituir também um ativo de valorização; dessa maneira, o autor redefine o território como parte integrante da lógica de acumulação.

O conceito de Território, proposto por Oliveria (2003), toma a categoria território como tema central de suas investigações, tornando-o referência para o campo dos estudos agrários: “Meus trabalhos refletem esta corrente que tem no estudo do território o tema central da investigação em Geografia” (Oliveira, 2003, p.13).

Oliveira (1978), toma assim como em Marx (1973), o capital como um instrumento de produção, desta forma, este entra no processo subsumido na relação geral, se metaforseando em renda, que se desdobra em poder político e social. No caso em específico, os proprietários de terra, detêm esse processo que se adensa por meio da unificação da indústria e da agricultura.

Esse processo de unificação, por sua vez, concentra riqueza, cria uma classe social especial, e recria a expropriação do camponês em bases estritamente capitalista. Assim, em

Oliveria (2003), o território se traduz no conflito de classes sociais, sob a unidade contraditória e dialética das relações de produção.

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (Oliveira, 2003, p. 13).

Oliveira (2003) explora a contradição capitalista de apropriação de renda, do lucro e da mais-valia, demonstrando a estratégia da classe social especial, que conjuga a mundialização do capital e a nacionalização da terra, no seu afã de expansão e ampliação.

Trabalhamos, pois, com o princípio contraditório de que ao mesmo tempo em que o capital mundializou-se, mundializando o território capitalista, a terra nacionalizou-se. É, pois, também desta contradição que nasce a possibilidade histórica do entendimento das diferentes e desiguais formações territoriais e das regiões como territorialidades concretas, totalidades históricas, portanto, da espacialização contraditória do capital (produção/reprodução ampliada) e suas articulações com a propriedade fundiária, ou seja, a terra. Assim, volto a insistir, que o capital é na sua essência internacional, porém a lógica que envolve a terra é na essência nacional (Oliveira, 2003, p. 13).

Essa unificação, que apresenta o proprietário de terra como produtor e possuidor de capital, amplia a capacidade dessa classe social especial em gerar lucros, por seu turno, produz uma relação em que o camponês se apresenta sujeito com seu trabalho na produção para indústria

Já em Fernandes (1999), o campesinato assume centralidade como sujeito sociopolítico, cuja ação se materializa na produção de territórios, por meio, das lutas sociais, especialmente aquelas vinculadas aos movimentos socioterritoriais. Dessa forma, enquanto Oliveira (2003), enfatiza a inserção do camponês na estrutura do capital, Fernandes destaca sua capacidade de ação, resistência e produção territorial, evidenciando uma tensão analítica entre determinação estrutural e protagonismo político.

Em Oliveira (2003), o campesinato é compreendido a partir das determinações estruturais do modo de produção capitalista, sendo analisado como uma categoria inserida nas relações de produção e subordinada à lógica da renda da terra e da acumulação. Nessa esfera da produção, ambos se encontram em conflito, onde o primeiro consegue se conectar, em

qualquer etapa deste processo de produção para a expropriação econômica, já o segundo está conectado de forma involuntária e segregado do seu produto de trabalho.

Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário, portanto, isto se deu igualmente também porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria (Oliveira, 2003, p. 14).

Este momento em que o capital se organiza tragando para seu centro os liames de sujeição está impactado pela forma como se dá à expansão e ampliação do capital.

Porém, este processo no campo está também contraditoriamente, marcado pelo processo de expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolveu liames para subordinar/apropriar-se da renda da terra camponesa, transformando-a em capital. Aqui o capital não se territorializa, mas, monopoliza o território marcado pela produção camponesa (Oliveira, 2003, p. 14).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos compreender as duas dimensões do território cunhadas pelo autor sob a territorialização do monopólio e a monopolização do território, no primeiro:

A territorialização dos monopólios na agricultura (territorialization of monopolies in agriculture) atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é mesma pessoa física ou jurídica. Portanto, não há a junção de duas classes sociais distintas, proprietário da terra e capitalista, em uma só, como pensam muitos intelectuais. Aliás, é por isso que o trabalho análogo à escravidão não desaparece no campo brasileiro, ele é um traço da condição de proprietário capitalista da terra no país (Oliveira, 2014, p. 286).

Segundo Oliveira (1990), o que determina uma organização econômica e, o que define os territórios agrários sob a territorialização do capital e que remete à inserção da criação de instrumentos que engendram as leis capitalistas, como contratação de trabalhadores onde a separação da mão de obra assalariada, aliada com a jornada fixa de trabalho, e a propriedade da terra se coadunam nas mãos do capitalista conformam esta dimensão territorial.

E no segundo, a monopolização do território:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas

atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, às vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. Este processo gera o controle monopolístico do território (monopolistic control of the territory), ou seja, as empresas monopolizam a circulação das mercadorias sem precisarem territorializar os monopólios. Isto também, quer dizer, que se abrem possibilidades para o estabelecimento de alianças de classes entre aqueles que produzem de fato, em geral nacionais, e aqueles que fazem estas mercadorias circularem pelo mundo (Oliveira, 2014, p. 291).

A partir da nossa análise, podemos aprofundar que a preocupação de Oliveria, ao pensar o conceito de território, é resolver as mediações de bases materialistas no movimento das disputas territoriais imediatas, observando os rebatimentos mediatos, no interior do processo de produção e reprodução, das forças produtivas e das relações sociais travadas no campo brasileiro. Desta forma, deriva deste movimento, as categorias analíticas territorialização do monopólio e o monopólio da territorialização.

Em Oliveira (2014), o território aparece mais associado às relações de poder mediadas pelo capital e pelo Estado. Essa definição reforça o caráter estrutural do território, articulado à reprodução do capital e à propriedade fundiária. A concentração fundiária, nesse contexto, aparece como um dos principais mecanismos de organização territorial, revelando o caráter desigual e excludente do desenvolvimento agrário brasileiro.

Já em Fernandes (2009), o território não se limita à estrutura econômica, sendo também resultado da ação intencional dos sujeitos sociais. Para Fernandes, o campo não é apenas um espaço de reprodução do capital, mas também um território em disputa, no qual diferentes projetos de sociedade se confrontam. Assim, o conceito de território torna-se fundamental, sendo entendido como expressão de relações de poder e como resultado da ação coletiva de sujeitos que resistem e produzem alternativas ao modelo dominante.

Assim, o conceito de território proposto por Oliveira é um produto social, emergido da análise, das estruturas econômicas, para interpretar a realidade do campo brasileiro.

O conceito de território elaborado por Fernandes (2009), fundamenta-se nas relações de poder que atravessam as disputas políticas, ideológicas e as relações sociais e de produção, configurando-se no interior dos conflitos de classe. Nessa perspectiva, o território expressa múltiplas funções, como organização, delimitação, dominação, subordinação, exploração, apropriação, resistência e emancipação, revelando sua natureza dinâmica e conflitiva.

Ao enfatizar esse caráter relacional, o autor afirma que “as relações sociais produzem os territórios e são produzidas por estes” (Fernandes, 2009, p. 17), compreendendo-os como espaços multidimensionais nos quais se realizam as diversas dimensões da vida, desde que orientadas por projetos políticos. Tal concepção permite apreender o território como um

processo contraditório e desigual, no qual se articulam múltiplas determinações materializadas no espaço geográfico.

Diferentemente da abordagem de Oliveira (2014), que privilegia as determinações estruturais, Fernandes (2009), enfatiza o papel ativo dos sujeitos na construção e transformação do território.

O espaço de governança, na perspectiva de Fernandes (2009), corresponde ao território do Estado em suas múltiplas escalas nacional, estadual e municipal, estruturado por instituições como órgãos governamentais e agências multilaterais, e associado à ideia de soberania. Ao restringir o território a essa dimensão, obscurece sua complexidade, pois, como adverte Fernandes (2009, p. 4), “o território, compreendido apenas como espaço de governança, é utilizado como forma de ocultar os diversos territórios e garantir a manutenção da subalternidade entre relações e territórios dominantes e dominados”.

Este por sua vez, é uno e reducionista, pois não permite a diferença, uma vez que se organiza como instrumento de dominação pelo interesse do capital, no seu projeto de apropriação e expansão.

Fernandes apresenta uma variável do espaço de governança, isto é, um espaço premido pelas diferenças que contém uma multiplicidade de possibilidades de composições territoriais que vão conformando o espaço de governança diverso.

Outra compreensão é a que estamos propondo sobre a tipologia de territórios. Partimos do território como espaço de governança, mas reconhecemos os outros tipos de territórios fixos e fluxos, material e imaterial, formados pelas diferentes relações sociais e classes sociais, que trataremos nas partes seguintes deste artigo. Por ora, para explicitar as diferenças dessas duas compreensões de territórios, denominaremos a compreensão de território apenas como espaço de governança, como “território uno”, e a compreensão da tipologia como “território diverso” (Fernandes, 2008, p. 5).

Esse movimento que é múltiplo, diverso e divergente, implica a disputa territorial entre capitalistas e camponeses, nos níveis e nas escalas. Isto para Fernandes denomina-se como primeiro e segundo territórios:

O primeiro território é formado pelos espaços de governança em diferentes escalas: nacional, regional, estadual, municipal, distrital. O segundo território é formado pelos diferentes tipos de propriedades particulares. Por exemplo: o segundo território é uma fração do primeiro território, ou seja, os diferentes tipos de propriedades são frações do território municipal, que é uma escala do primeiro território. Este é fração do território estadual, que por sua vez é fração do território nacional (Fernandes, 2009, p. 6).

Ou seja, para Fernandes (2009), estes modelos expostos acima encerram uma disputa de modelos de desenvolvimento entre o agronegócio e o campesinato, sendo que o primeiro se organiza em função do mercado e suas dimensões de produção, circulação e consumo, e o segundo se organiza em função de sua existência e suas dimensões de sociabilidade, manutenção e reprodução da vida. Esse processo está relacionado pela dimensão política que engendra ambas de sentido e significado.

Fernandes (2008), introduz a categoria de intencionalidade como eixo interpretativo do território em sua diversidade. Nesse sentido, a intencionalidade refere-se à capacidade dos sujeitos sociais coletivos, individuais ou institucionais de atribuir significados e orientar práticas que produzem e organizam o espaço. Assim, os territórios, sejam eles materiais ou imateriais, manifestam-se por meio dessas intencionalidades, sendo continuamente delimitados, identificados e demarcados no espaço geográfico (Fernandes, 2008, p. 8).

Isto quer dizer que, na conformação do(s) território(s), se estabelece um jogo de interesses dos partícipes conflituoso, fruto do lugar de classe, que se revela a partir da intencionalidade de cada sujeito social envolvido no processo. “A intencionalidade expressa, portanto, um ato político, um ato de criação, de construção” (Fernandes, 2008, p. 3). Esta, por sua vez, é produto das relações sociais, que coordenam, organizam, produzem as direções, as posições e projetam a realidade. Nesse sentido, na intencionalidade proposta pelo autor se encerra uma posição política de classe.

Fernandes propõe uma tipologia de territórios que distingue entre “território uno” e “território diverso”. Essa tipologia amplia a análise territorial para além da estrutura econômica, o que representa um afastamento em relação à perspectiva de Oliveira (2014), mais centrada nas mediações do capital e da propriedade da terra.

Fernandes (1994), ao analisar em *Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo*, propõe uma reflexão sobre as noções de espaço social e lugar social, fundamentais para compreender o processo de construção das formas de organização dos movimentos sociais.

Para compreender a emergência dos novos movimentos sociais é fundamental considerar a existência de uma nova realidade materializada pelas experiências construídas no cotidiano da vida desses sujeitos. É esta forma de desenvolvimento do processo de construção e transformação da realidade, produzida pela materialização da existência social que entendemos como espaço social (Fernandes, 1994, p. 1).

Por isso, o autor destaca a centralidade dessas categorias ao afirmar que “para realizar este trabalho é indispensável estudar as noções de espaço social, lugar social e os movimentos sociais em suas interações” (Fernandes, 1994, p. 2), evidenciando a necessidade de uma abordagem relacional na análise dos processos de organização dos movimentos sociais.

Essa práxis do sujeito coletivo MST, que se desdobram nas experiências das lutas tais como ocupação, reocupação, passeatas, caminhadas, assembleias, reuniões, coordenadorias, setores, comissões, acampamentos e outras, possibilitaram a espacialização e territorialização do MST no estado de São Paulo e se espacializam por todo o Pontal do Paranapanema. Este processo, por sua vez, se funda na luta pela terra e, é o que produz a espacialização e a territorialização.

Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política. É escrever no espaço através de ações concretas como manifestações, passeatas, caminhadas, ocupações de prédios públicos, negociações, ocupações de terras, etc. é na espacialização da luta pela terra que os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território e, dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST (Fernandes, 1994, p. 113).

O autor trata a conquista dos assentamentos como uma fração do território pelo MST.

O assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso na luta pela terra que significa parte das possíveis conquistas, representa, sobretudo, a possibilidade de territorialização. A territorialização dos Movimentos sociais na luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais (Fernandes, 1994, p. 181).

E complementa o autor:

Nesse processo, a fração do território é conquistado na espacialização da luta, como resultado do trabalho da formação do Movimento. Dessa forma, o território conquistado é trunfo e possibilidade da sua territorialização na espacialização da luta pela terra (Fernandes, 1994, p. 181).

Para Fernandes (1994), o território é uma construção política e social ativa, resultado da luta. Essa definição evidencia a dimensão prática e política do espaço, articulando tempo, ação e social. Ele enfatiza a dimensão processual da luta e a construção ativa de territórios pelos movimentos sociais. Enquanto Oliveira (2014) tende a interpretar essas dinâmicas a partir da lógica estrutural do capital.

Nesta perspectiva Fernandes (1999) em sua tese de doutorado amplia seus estudos na formação do MST em território nacional. Com sua pesquisa intitulada Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores sem-terra – MST- 1979-1999, Fernandes afirma que nos últimos 20 anos as ocupações de terras tornaram-se uma das principais formas de acesso à terra, destaca também que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, desde sua gênese tem sido a principal organização no desenvolvimento dessa forma de luta pela terra.

Segundo o autor o movimento está espacializado e territorializado em vinte e dois estados da federação, assim:

A ocupação é uma realidade determinadora, é espaço\tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre passado e futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (Fernandes, 1999. p. 01).

O movimento, por meio, de sua organicidade acumulou experiências tais como a mística que é fruto das memórias das lutas dos sem-terra. A territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é o processo da construção do MST em todo o Brasil. A partir das experiências de luta, enfrentamento, ocupações, resistências, conquistas o movimento gerou uma metodologia popular.

Este aprendizado possibilitou a territorialização no nordeste brasileiro em cidades como Salvador que teve início a formação dos cadernos de estudos do MST, com ilustrações, e tem como marco em 1986 o Primeiro encontro estadual foi decidida a primeira ocupação. Em Sergipe, por volta de 1985, devido aos conflitos por terra, o movimento ocupou em setembro a fazenda da Barra do Onça no município de Poço Redondo, no ano seguinte em 1986 ocuparam a Fazenda Borda da Mata no município de Canhoba, o que permitiu reunir experiências e organizar o Primeiro Encontro Nacional e dar autonomia ao MST na região.

Nesta época as experiências foram múltiplas e proporcionaram a origem de vários setores, núcleos, equipes, comissões, coletivos, congressos, encontros, resultados da espacialização e territorialização do movimento, é uma forma em movimento.

Gostaríamos de assinalar que a ocupação nas pesquisas de Fernandes entra como um conceito chave para se pensar o MST, e, por conseguinte, os movimentos sociais do campo contemporâneos, pois interpreta a ocupação geograficamente de forma dialética quando une tempo e espaço sob o conteúdo da luta de classes no campo brasileiro. O que permite aos

geógrafos agrários, sobretudo, a pensar a categoria de territorialização e de espacialização engendrados na ocupação social.

Pois, a ocupação é uma forma de luta, é uma ação popular que compreende tempo e espaço na transformação da realidade. Portanto, é preciso distinguir o ato de ocupar com o processo de ocupação.

Ato de ocupar é um momento desse processo, que se inicia na formação dos grupos de famílias, na realização dos trabalhos de base e desenvolve-se no acampamento, nas negociações, nos enfrentamentos, nas manifestações, na conquista da terra e nas lutas seguintes. Está contido no que conceituei de espacialização e territorialização da luta pela terra (Fernandes, 1999, p. 165-166).

A ocupação é uma forma de acesso à terra, é uma forma que questionar a reforma agrária e pôr na ordem do dia a expropriação, a espoliação, a violência e a recriação do campesinato. A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências dos sem-terra (Fernandes, 1999, p. 277).

A ocupação da terra, para Fernandes (1999), constitui um processo socioespacial e político fundamental na luta pela reforma agrária. Essa abordagem contrasta com a leitura de Oliveira, que interpreta o processo sobretudo como resultado das contradições estruturais do capitalismo agrário, evidenciando diferentes níveis de análise sobre o mesmo fenômeno.

Outro aspecto importante trazido pelo autor em suas reflexões são as negociações que se desenvolvem durante o período das lutas pela terra. O autor chama a atenção para a dinâmica de participação dos sujeitos que vai tomando formas próprias de acordo com a conjuntura política em todo o país onde o MST tem suas bases. Este momento é o que o autor denomina de entretanto, de acordo Fernandes “no entretanto desse processo procuram negociar com o Estado o assentamento das famílias” (Fernandes, 1999, p. 281). As negociações vão desde água para beber, cesta básica, até escolas, ônibus, posto de saúde e outras necessidades.

Ao definir o conceito de “entretanto”, Fernandes (1999, p. 287) o compreende como “um importante intervalo de tempo, quando no enquanto de uma luta começa a nascer outra”, evidenciando, a nosso ver, uma preocupação com a preservação da ocupação como dimensão espacial. Dessa forma, a territorialização e a espacialização ganham relevo e materialidade, uma vez que tanto a ocupação quanto o “entretanto” é compreendida como expressões das práticas de luta.

De acordo com o autor a ocupação de terras do movimento se desdobra em duas formas, uma é a ocupação de uma área determinada e a outra é ocupação massiva.

A principal diferença desses tipos está no fato que no primeiro, o tamanho da área é critério para a mobilização e organização das famílias e no segundo, a mobilização e organização têm como critério assentar todas as famílias sem-terra ocupando quantas áreas forem necessárias (Fernandes, 1999, p. 288).

Assim, neste processo de, entretanto, vão se definindo os movimentos que o autor chama de isolados que segundo Fernandes são aqueles que se organizam em um município ou em um pequeno conjunto de municípios, para efetivar uma ocupação, sem a superação das ações estes movimentos se extinguem, já os movimentos territorializados são aqueles que têm duas formas de estruturas movimento sindical e movimento social.

O movimento territorial ou socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados, e está organizado e, atua em diferentes lugares ao mesmo tempo, suas ações permitem espacializarem-se.

Os movimentos territorializados são construídos pelos trabalhadores e suas estruturas podem ter duas formas: movimento social e movimento sindical. Esses movimentos recebem apoios de diferentes instituições em conjunto ou separados. Compreendo como isolado, o movimento que se organiza em uma base territorial determinada. Que tem o seu território de atuação definido por circunstâncias inerentes aos movimentos. Ou seja, nascem em diferentes pontos do espaço geográfico, em lutas de resistência (Fernandes, 1999, p. 284).

Este, é, outro ponto importante de sua análise, onde o autor reelabora o conceito de movimentos sociais oriunda da sociologia, e o toma em bases mais concretas de cunho espaciais. Neste sentido, busca-se uma constituição conceitual propriamente geográfica agrária extremamente significativa do ponto de vista metodológico. Esta proposta do autor que se tornará tema central de suas investigações, ainda não tinha sido enfrentada pela geografia agrária brasileira com tamanha envergadura.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu evidenciar que as contribuições de Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Bernardo Mançano Fernandes, embora ancoradas no materialismo histórico-dialético, se desdobram em caminhos teórico-metodológicos distintos no interior da Geografia Agrária.

Desta forma, o pensamento de Oliveira foi sendo produzido na transição da modernização do campo brasileiro que sofria o impacto da internacionalização da capital e colocava o camponês em rota de colisão desta modernização.

Uma das principais contribuições de Oliveira está na interpretação da formação territorial brasileira e em relacionar as categorias marxistas, sobretudo, a renda da terra que, uma vez posta a nu, permitiu ao autor repensar o território e lhe imprimir um significado que possibilitou a compreensão dos fundamentos micro e macroeconômico em suas territorialidades, em suas artimanhas e em suas estratégias de envolver a mais-valia e destituir na estrutura produtiva a possibilidade de reprodução camponesa.

Sua abordagem privilegia as determinações estruturais do modo de produção capitalista, evidenciando como a propriedade da terra, a acumulação de capital e a luta de classes conformam o território. Nesse sentido, o autor oferece uma leitura que permite compreender os fundamentos econômicos das desigualdades socioespaciais no campo.

E, por conseguinte, desvendar a explicação econômica de dados estáticos que escamoteavam a realidade do mundo do campo em suas desigualdades sociais e espaciais, sob o processo de modernização, territorialização e monopolização do capital, possibilitou que a Geografia agrária se conformasse como Geografia Agrária Crítica. Isto é, empenhou uma ruptura teórica, metodológica e ideológica.

Nessa perspectiva, o pensamento de Bernardo Mançano Fernandes foi formulado no contexto das transformações políticas, econômicas e sociais que marcaram o Brasil a partir da década de 1980, especialmente no período de redemocratização e emergência dos novos movimentos sociais do campo.

A preocupação de Fernandes com os movimentos sociais lhe impôs outro caminho, pois, ao refletir sobre os termos, noções de espaço social, lugar social e os movimentos sociais, nas suas interações, trouxe outros elementos metodológicos associativos entre esses termos.

Esses termos se alimentam do conteúdo embrenhado na separação dos espaços de produção das condições da vida material e dos meios de produção da vida existencial, sob as relações sociais, a estrutura econômica e social da sociedade. O autor apreendeu a reorganização em curso na produção e na reprodução espacial do camponês, que está clivado pelo movimento do capital que se desenvolve no interior dos movimentos e do circuito de trocas da economia capitalista.

A partir desta articulação dialética, o autor busca compreender qual a natureza do espaço em que as classes sociais em disputa se organizam, se movimentam e se apropriam deste espaço.

“Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta” (Fernandes, 1994, p. 113). Este conjunto de elementos impulsionou Fernandes a buscar um método que lhe permitisse explicar essa transformação.

A comparação entre os dois autores demonstra que, enquanto Oliveira privilegia uma leitura estrutural e macroeconômica da questão agrária, Fernandes enfatiza a dimensão processual e socioterritorial das lutas no campo. Essa diferença não implica oposição excludente, mas revela perspectivas complementares que, quando articuladas, permitem uma compreensão mais complexa da realidade agrária brasileira.

Assim, conclui-se que o diálogo entre essas abordagens contribui significativamente para o avanço da Geografia Agrária Crítica, ao integrar a análise das estruturas econômicas com a compreensão das práticas sociais e políticas que produzem o território. Tal articulação mostra-se fundamental para interpretar os conflitos, as resistências e as transformações em curso no campo brasileiro, reafirmando a atualidade do método dialético como instrumento de investigação da realidade social.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. 1994. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. 1994.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra – MST- 1979-1999**. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologias de territórios. *In*: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. *In*: PAULINO, E. T. ; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

HARVEY, D. **Para entender O Capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Introdução à crítica da economia política. *In*: MARX, K. **Textos**. Lisboa: Ed. Avante, 1975.

NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 1989.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da Geografia Agrária**: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thunen. 1978. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 58, 1981.

OLIVEIRA, A. U. A pequena produção agrícola mercantil no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 5., 1982, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: AGB, 1982.

OLIVEIRA, A. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” – Presidente Prudente -São Paulo.
 - ☐ **Financiamento:** Este trabalho contou com o financiamento, por meio de bolsa de pós-doutorado da Pró-reitora de Pesquisa da Unesp – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** Não.
 - ☐ **Aprovação ética:** Sim. Não passou.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Sim. Estão disponíveis em um drive.
 - ☐ **Contribuições dos autores:** A pesquisa de campo; a coleta de dados; análise e a interpretação.
-